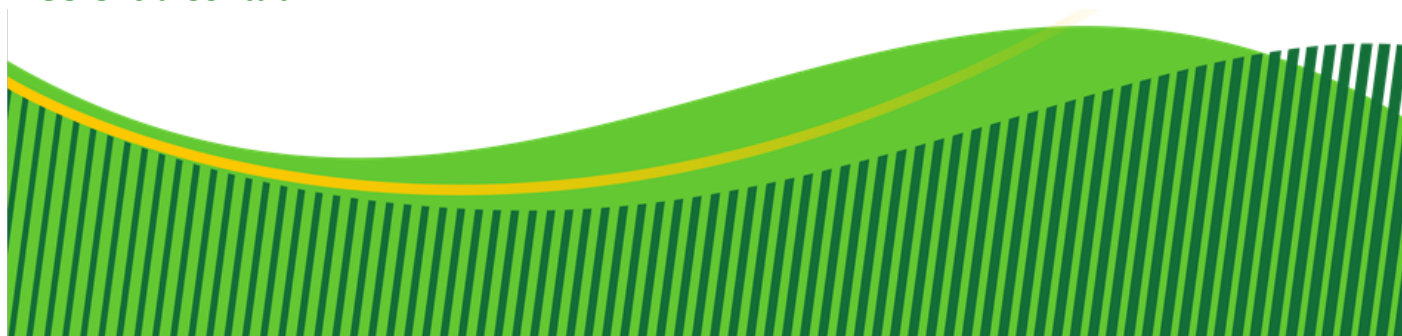


Relatório Anual 2018

Sicredi Ceará Centro Norte - Cooperativa de Crédito da Região Centro Norte do Ceará

Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria
Gerência Contábil



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Sicredi Ceará Centro Norte - Cooperativa de Crédito da Região Centro Norte do Ceará, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Sicredi Ceará Centro Norte - Cooperativa de Crédito da Região Centro Norte do Ceará
CNPJ/MF nº 72.257.793/0001-30

ATIVO	31/12/2018	31/12/2017 (Reapresentado)	PASSIVO	31/12/2018	31/12/2017 (Reapresentado)
CIRCULANTE	525.657	533.741	CIRCULANTE	157.221	133.007
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	1.269	1.792	DEPÓSITOS (NOTA 10)	132.978	109.600
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	424.912	422.335	Depósitos à Vista	89.671	77.224
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	1	-	Depósitos a Prazo	43.307	32.376
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	424.911	422.335	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	140	652
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 05)	82.957	91.808	Recursos em Trânsito de Terceiros	140	652
Operações de Crédito	91.942	100.285	OUTRAS OBRIGAÇÕES	24.103	22.755
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(8.985)	(8.477)	Cobrança e Arrecadação de Tributos	71	88
OUTROS CRÉDITOS	13.665	15.107	Sociais e Estatutárias	2.244	3.581
Rendas a Receber	1.113	3.661	Fiscais e Previdenciárias	1.462	1.875
Diversos (NOTA 05 e 06)	12.660	11.481	Diversas (NOTA 11)	20.326	17.211
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (NOTA 05)	(108)	(35)			
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 07)	2.854	2.699			
Outros Valores e Bens	3.432	3.027			
(Provisão para desvalorização)	(596)	(347)			
Despesas Antecipadas	18	19			
NÃO CIRCULANTE	93.585	85.866	NÃO CIRCULANTE	344.930	376.085
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	72.014	66.657	DEPÓSITOS (NOTA 10)	344.930	376.085
Operações de Crédito	78.059	72.812	Depósitos a Prazo	344.930	376.085
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(6.045)	(6.155)			
OUTROS CRÉDITOS (NOTA 05 e 06)	1	-			
Diversos	1	-			
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 07)	11	-			
Despesas Antecipadas	11	-			
INVESTIMENTOS (NOTA 08)	16.196	14.445	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	117.091	110.515
Outros Investimentos	16.196	14.445	CAPITAL SOCIAL (NOTA 13)	95.794	93.092
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 09)	5.318	4.696	De Domiciliados no País	147.814	121.371
Imóveis de Uso	3.562	3.567	(Capital a Realizar)	(52.020)	(28.279)
Outras Imobilizações de Uso	8.369	7.122	RESERVAS DE SOBRAS	11.902	10.140
(Depreciação acumulada)	(6.613)	(5.993)	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	9.395	7.283
INTANGÍVEL (NOTA 09)	45	68			
Outros Ativos Intangíveis	2.045	2.046			
(Amortização acumulada)	(2.000)	(1.978)			
TOTAL DO ATIVO	619.242	619.607	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	619.242	619.607

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Sicredi Ceará Centro Norte - Cooperativa de Crédito da Região Centro Norte do Ceará
CNPJ/MF nº 72.257.793/0001-30

Descrição das contas	01/07/2018 a 31/12/2018			01/01/2018 a 31/12/2018			01/01/2017 a 31/12/2017		
	Ato Cooperativo	(Não auditado) Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	(Reapresentado) Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	25.030	-	25.030	47.453	-	47.453	44.083	-	44.083
Operações de Crédito	25.030	-	25.030	47.453	-	47.453	44.083	-	44.083
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(18.567)	(8)	(18.575)	(30.969)	(8)	(30.977)	(47.920)	-	(47.920)
Operações de Captação no Mercado	(12.327)	(8)	(12.335)	(24.455)	(8)	(24.463)	(36.497)	-	(36.497)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(6.240)	-	(6.240)	(6.514)	-	(6.514)	(11.423)	-	(11.423)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	6.463	(8)	6.455	16.484	(8)	16.476	(3.837)	-	(3.837)
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(9)	306	297	1.377	47	1.424	23.456	(590)	22.866
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	456	849	1.305	881	1.421	2.302	-	846	846
Rendas de Tarifas Bancárias	1.487	-	1.487	3.124	-	3.124	3.905	-	3.905
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(8.480)	(178)	(8.658)	(16.356)	(331)	(16.687)	(14.454)	(136)	(14.590)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 16)	(5.455)	(293)	(5.748)	(10.253)	(707)	(10.960)	(7.490)	(558)	(8.048)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(25)	(43)	(68)	(54)	(72)	(126)	(87)	(1)	(88)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	-	2	2	-	6	6	-	-	-
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 17)	15.523	41	15.564	30.078	55	30.133	48.711	25	48.736
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 18)	(3.515)	(72)	(3.587)	(6.043)	(325)	(6.368)	(7.129)	(766)	(7.895)
RESULTADO OPERACIONAL	6.454	298	6.752	17.861	39	17.900	19.619	(590)	19.029
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	5	8	13	5	(56)	(51)	(12)	(497)	(509)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	6.459	306	6.765	17.866	(17)	17.849	19.607	(1.087)	18.520
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	(57)	(57)	-	(58)	(58)	-	-	-
Provisão para Imposto de Renda	-	(31)	(31)	-	(32)	(32)	-	-	-
Provisão para Contribuição Social	-	(26)	(26)	-	(26)	(26)	-	-	-
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	6.459	249	6.708	17.866	(75)	17.791	19.607	(1.087)	18.520
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	(75)	75	-	(272)	(3)	(275)
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	6.459	249	6.708	17.791	-	17.791	19.335	(1.090)	18.245
DESTINAÇÕES	-	-	-	(8.396)	-	(8.396)	(10.962)	-	(10.962)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(6.047)	-	(6.047)	(9.142)	-	(9.142)
Fates - Estatutário	-	-	-	(587)	-	(587)	(910)	-	(910)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(1.175)	-	(1.175)	(910)	-	(910)
Outras Destinações	-	-	-	(587)	-	(587)	-	-	-
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	9.395	-	9.395	8.373	(1.090)	7.283

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Sicredi Ceará Centro Norte - Cooperativa de Crédito da Região Centro Norte do Ceará

CNPJ/MF nº 72.257.793/0001-30

	Capital Social	Reserva Legal	Outras Reservas	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2017	90.798	9.230	47	6.002	106.077
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	-	-	-	(6.002)	(6.002)
Capital de associados					
Aumento de capital	10.603	-	-	-	10.603
Baixas de capital	(8.309)	-	-	-	(8.309)
Resultado do período	-	-	-	18.245	18.245
Destinações					
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(910)	(910)
Reserva Legal - Estatutária	-	910	-	(910)	-
Redução de Outras Reservas	-	-	(47)	-	(47)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(9.142)	(9.142)
Saldos no fim do período em 31/12/2017	93.092	10.140	-	7.283	110.515
Mutações do Período	2.294	910	(47)	1.281	4.438
Saldos no início do período em 01/01/2018	93.092	10.140	-	7.283	110.515
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	-	-	-	(7.283)	(7.283)
Capital de associados					
Aumento de capital	25.779	-	-	-	25.779
Baixas de capital	(23.174)	-	-	-	(23.174)
Resultado do período	-	-	-	17.791	17.791
Destinações					
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(587)	(587)
Reserva Legal - Estatutária	-	1.175	-	(1.175)	-
Juros sobre o Capital Próprio	97	-	-	(6.047)	(5.950)
Outras destinações	-	-	587	(587)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2018	95.794	11.315	587	9.395	117.091
Mutações do Período	2.702	1.175	587	2.112	6.576
Saldos no início do período em 01/07/2018 (Não auditado)	94.107	10.140	-	11.083	115.330
Capital de associados					
Aumento de capital	10.947	-	-	-	10.947
Baixas de capital	(9.357)	-	-	-	(9.357)
Resultado do período	-	-	-	6.708	6.708
Destinações					
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(587)	(587)
Reserva Legal - Estatutária	-	1.175	-	(1.175)	-
Juros sobre o Capital Próprio	97	-	-	(6.047)	(5.950)
Outras destinações	-	-	587	(587)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2018	95.794	11.315	587	9.395	117.091
Mutações do Período	1.687	1.175	587	(1.688)	1.761

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Sicredi Ceará Centro Norte - Cooperativa de Crédito da Região Centro Norte do Ceará
CNPJ/MF nº 72.257.793/0001-30

	01/07/2018 a 31/12/2018 (Não auditado)	01/01/2018 a 31/12/2018	01/01/2017 a 31/12/2017
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	10.473	16.645	23.802
Resultado do semestre/exercício	6.708	17.791	18.245
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	3.765	(1.146)	5.557
(Reversão) Provisão para operações de crédito	3.777	398	(1.146)
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	-	249	-
Provisão para desvalorização de outros créditos	67	73	17
Depreciação do imobilizado de uso	350	698	540
Amortização do intangível	11	22	40
Baixas do ativo permanente	199	18	21
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	(37)	(2.016)	7.046
Destinações ao FATES	(587)	(587)	(910)
Dividendos SicrediPar	(15)	(1)	(4)
Constituição/utilização de Reserva de Contingência	-	-	(47)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(10.503)	(876)	44.060
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	603	(1)	-
Redução em operações de crédito	4.044	3.096	19.707
(Redução) em relações interfinanceiras passivas	(2.521)	-	-
(Aumento) Redução em outros créditos	(4.244)	1.368	318
(Aumento) Redução em outros valores e bens	(320)	(415)	225
Aumento (Redução) em depósitos	(12.524)	(7.777)	31.266
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	(70)	(512)	166
Absorção de dispêndios pelo FATES	(312)	(852)	224
(Redução) Aumento em outras obrigações	4.841	4.217	(7.846)
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(30)	15.769	67.862
Aquisição de Investimentos	-	(1.751)	(2.055)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(915)	(1.337)	(506)
Aplicações no Intangível	-	-	(2)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(915)	(3.088)	(2.563)
Integralização de capital	10.947	25.779	10.603
Baixa de capital	(9.357)	(23.174)	(8.309)
Juros ao capital próprio	(5.950)	(5.950)	(9.142)
Distribuição de Sobras	-	(7.283)	(6.002)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(4.362)	(10.628)	(12.850)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(5.307)	2.053	52.449
Caixa e equivalente de caixa no início do período	431.487	424.127	371.678
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	426.180	426.180	424.127

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Sicredi Ceará Centro Norte - Cooperativa de Crédito da Região Centro Norte do Ceará ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito do Norte/Nordeste - Central Sicredi Norte/Nordeste e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 14/04/1993 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2018, está organizado por 114 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.684 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen(CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Visando permitir a adequada análise da posição patrimonial e financeira da Cooperativa, foi efetuada a reclassificação das seguintes informações: No Balanço Patrimonial os valores de depósitos judiciais e passivos contingentes antes apresentados no não circulante foram reclassificados para o circulante nos grupos de Outros Créditos - Diversos e Outras Obrigações - Diversas, respectivamente; na Demonstração de Sobras ou Perdas, para adequação da estrutura de publicação estabelecida pelo BACEN, os valores referentes a Depreciação e Amortização foram reclassificados em Outros Dispendios e Despesas Administrativas antes apresentados em Outros Dispendios e Despesas Operacionais.

Os valores reapresentados estão demonstrados no quadro abaixo:

	2017 Original	Valor ajustado em 2017	2017 Reapresentado
BALANÇO PATRIMONIAL			
Ativo circulante	526.174	7.567	533.741
OUTROS CRÉDITOS	7.540	7.567	15.107
Diversos	3.914	7.567	11.481
Ativo Não circulante	93.433	(7.567)	85.866
OUTROS CRÉDITOS	7.567	(7.567)	-
Diversos	7.567	(7.567)	-
Passivo circulante	120.838	12.169	133.007
OUTRAS OBRIGAÇÕES	10.586	12.169	22.755
Diversas	5.042	12.169	17.211
Passivo Não circulante	388.254	(12.169)	376.085
OUTRAS OBRIGAÇÕES	12.169	(12.169)	-
Diversas	12.169	(12.169)	-
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS			
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	22.866	-	22.866
Outros Dispendios e Despesas Administrativas	(7.468)	(580)	(8.048)
Outros Dispendios e Despesas Operacionais	(8.475)	580	(7.895)

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 26 de março de 2019.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispendios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispendios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

d) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

e) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

f) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

g) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

h) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

i) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logísticos, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

j) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

k) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

l) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

m) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

n) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

o) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2018	2017
Disponibilidades	1.269	1.792
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	424.911	422.335
Total	426.180	424.127

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2018 equivale a 100% do CDI.

NOTA 05 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2018			2017
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	80.875	66.589	147.464	142.281
Financiamentos	11.067	11.470	22.537	30.816
Carteira total	91.942	78.059	170.001	173.097

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2018			2017
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Títulos e créditos a receber (i)	5.252	1	5.253	2.726
Total	5.252	1	5.253	2.726

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos	
		2018	2017	2018	2017
Nível AA	-	4	-	-	-
Nível A	0,50	61.309	98.007	307	490
Nível B	1,00	57.143	40.742	571	407
Nível C	3,00	28.228	11.488	847	345
Nível D	10,00	7.682	3.450	768	345
Nível E	30,00	8.845	9.933	2.654	2.980
Nível F	50,00	2.292	3.366	1.146	1.683
Nível G	70,00	3.019	1.401	2.113	981
Nível H	100,00	6.732	7.436	6.732	7.436
Total		175.254	175.823	15.138	14.667

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2018				Total da Carteira	2017	
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer					Total da Carteira
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias			
Pessoas Físicas	1.993	26.101	43.222	66.724	138.040	131.836	
Industrial	5	388	399	241	1.033	-	
Comércio	871	4.337	5.674	4.128	15.010	-	
Outros Serviços	480	4.909	8.815	6.967	21.171	43.987	
Total	3.349	35.735	58.110	78.060	175.254	175.823	

d) Concentração das operações de crédito

	2018	%	2017	%
10 maiores devedores	10.159	5,80	12.024	6,84
50 devedores seguintes	17.173	9,80	17.426	9,91
100 devedores seguintes	20.639	11,77	21.934	12,48
Demais	127.283	72,63	124.439	70,78
Total	175.254	100	175.823	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2018	2017
Saldo inicial	14.667	15.796
Constituição de provisão	6.514	11.423
Movimentação de baixados para prejuízo	(6.043)	(12.552)
Saldo final	15.138	14.667

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 2.999 (2017 - R\$ 3.763), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 4.968.

NOTA 06 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2018	2017 (Reapresentado)
Adiantamentos e antecipações salariais	55	49
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	46	37
Adiantamentos por conta de imobilizações	79	262
Devedores por depósitos em garantia (ii)	5.724	7.591
Impostos e contribuições a compensar	100	7
Títulos e créditos a receber	5.252	2.723
Devedores por convênios	4	-
Operações com cartões	180	16
Pendências a regularizar	1.192	553
Outros	28	243
Total Circulante	12.660	11.481
Títulos e créditos a receber	1	-
Total não circulante	1	-

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

(ii) Refere-se à Depósito judicial em ações que discutem a legalidade da cobrança do IR sobre Juros ao capital e sobre sobras.

NOTA 07 – OUTROS VALORES E BENS

	2018	2017
Bens não de uso próprio	3.432	3.027
Imóveis	3.405	3.027
Veículos e afins	27	-
Despesas antecipadas	18	19
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(596)	(347)
Total Circulante	2.854	2.699
Despesas antecipadas	11	-
Total não circulante	11	-

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 596 (2017 - R\$ 347) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 08 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2018	2017
Cooperativa Central Sicredi Norte/Nordeste	14.863	13.555
Sicredi Participações S.A.	1.330	887
Outras Participações e Investimentos	3	3
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Outras Ações e Cotas	2	2
Total	16.196	14.445

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Número de ações/quotas possuídas	427.255 ON	284.528 ON	1	1	14.863	13.555
	903.023 PN	602.324 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,15%	0,10%	0,62%	0,61%	10,08%	9,98%
Capital social	880.597	874.847	164	164	147.417	135.798
Patrimônio líquido	906.341	893.040	252.691	240.569	156.293	153.089
Lucro líquido do exercício	14.956	16.863	12.122	35.861	4.987	3.947
Valor do investimento	1.330	887	1	1	14.863	13.555

NOTA 09 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2018		2017	
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	11.931	(6.613)	5.318	4.696
Imobilizações em curso	-	456	-	456	5
Terrenos	-	344	-	344	345
Edificações	4%	3.218	(647)	2.571	2.700
Instalações	10%	3.180	(2.542)	638	578
Móveis e equipamentos de uso	10%	1.907	(1.133)	774	695
Sistema de comunicação	10%	119	(75)	44	33
Sistema de processamento de dados	20%	2.188	(1.885)	303	198
Sistema de segurança	10%	436	(259)	177	114
Sistema de transporte	20%	83	(72)	11	28
Intangível		2.045	(2.000)	45	68
Outros ativos intangíveis		2.045	(2.000)	45	68
Total		13.976	(8.613)	5.363	4.764

NOTA 10 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2018				2017
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	89.671	-	-	89.671	77.224
Depósitos a prazo	9.018	34.289	344.930	388.237	408.461
Total	98.689	34.289	344.930	477.908	485.685

NOTA 11 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2018	2017 (Reapresentado)
Cheques administrativos	-	30
Provisão para pagamentos a efetuar	1.622	1.285
Provisão para passivos contingentes (Nota 12)	10.153	12.169
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	3	14
Pendências a regularizar	1.461	724
Operações com cartões	5.547	2.889
Demais fornecedores	243	-
Credores diversos	1.297	100
Total circulante	20.326	17.211

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 12 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2018	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2018
Cível	1.686	295	(44)	1.937
Tributária	10.483	1.092	(3.359)	8.216
Total	12.169	1.387	(3.403)	10.153

Natureza	Probabilidade de perda	2018	2017
Cível	Provável	1.937	1.686
Tributária (i)	Provável	8.216	10.483
Total		10.153	12.169

(i) Refere-se à ações que discutem a legalidade da cobrança do IR sobre Juros ao capital e sobre sobras.

NOTA 13 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2018	2017
Capital Social	95.794	93.092
Total de associados	12.650	11.356

Em 31 de dezembro de 2018, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 2.702 (2017 – R\$ 2.294), sendo R\$ 97 (2017 – R\$ 0) via integralização de resultados e R\$ 25.779 (2017 – R\$ 10.603) via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 23.174 (2017 – R\$ 8.309).

b) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 10% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

Além das destinações citadas acima, a Cooperativa também destinou 5% para Outros Destinações.

NOTA 14 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2018	2017
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	17.849	18.520
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(7.497)	(7.778)
Exclusões / (Adições):		
Provisão resgate de milhas cartão	2	-
Provisão PPR	-	(116)
Receita com atos cooperativos	7.504	8.235
Juros sobre capital próprio	2.540	3.840
Outros	(2.607)	(4.181)
Subtotal	7.439	7.778
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(58)	-

NOTA 15 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2018	2017
Ativo		
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	424.911	422.335
Outros Créditos - Rendas a receber	79	3.553
Investimentos (Nota 08)	16.194	14.443
Passivo		
Outras Obrigações - Diversas (Nota 11)	5.279	-
Receitas		
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	337	-
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 17)	27.439	41.366
Despesas		
Outros Dispendios e Despesas Administrativas (Nota 16)	29	-
Outros Dispendios e Despesas Operacionais (Nota 18)	2.008	2.332

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2018	% em relação ao total	2017
Depósitos à vista	284	0,32%	335
Depósitos a prazo	3.208	0,83%	3.129
Operações de crédito	690	0,41%	1.111

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2018	2017
Pessoas chave da administração	3.053	1.486

NOTA 16 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2018	2017 (Reapresentado)
Despesa de água, energia e gás	360	332
Despesa de aluguéis	721	677
Despesa de comunicação	615	427
Despesa de manutenção e conservação	559	115
Despesa de material	158	130
Despesa processamento dados	629	353
Despesa de promoções e relações públicas	1.250	414
Despesa de propaganda e publicidade	265	158
Despesa de seguro	30	17
Despesa de serviços do sistema financeiro	893	956
Despesa de serviços de terceiros	227	483
Despesa de serviços de vigilância e segurança	582	557
Despesa de serviços de técnicos especializados	616	429
Despesa de serviços de transportes	732	628
Despesa de viagem	305	107
Despesa de depreciação e amortização	669	580
Outras despesas administrativas	2.349	1.685
Total	10.960	8.048

NOTA 17 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2018	2017
Recuperação de encargos e despesas	410	3.926
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	27.417	40.058
Reversão de provisões operacionais	330	2.705
Outras rendas operacionais	1.976	2.047
Total	30.133	48.736

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 18 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2018	2017 (Reapresentado)
Descontos concedidos em renegociação e crédito	843	2.687
Contribuições Cooperativistas	137	146
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	71	59
Contribuição Confederação Sicredi	8	-
Cooperativa Central Sicredi Norte/Nordeste	1.896	1.882
Encargos da administração financeira	14	-
Outras provisões operacionais	189	-
Outras despesas operacionais	3.210	3.121
Total	6.368	7.895

NOTA 19 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2018	2017
Beneficiários de garantias prestadas (i)	136	199
Coobrigações em cessões de crédito	-	1.068
Total	136	1.267

(i) Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 20 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de capital pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho “Sobre nós\ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3”.

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de mercado pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho “Sobre nós\ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3”.

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreio e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez fixado na RAS;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de liquidez pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho “Sobre nós\ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3”.

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 21 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2018	2017
Patrimônio de Referência (PR)	115.715	110.461
Nível I (NI)	115.715	110.461
Capital principal - CP	115.715	110.461
Capital social	95.794	93.092
Reservas de capital	11.902	10.140
Lucros acumulados	9.395	7.283
Ajustes Prudenciais	(1.376)	(54)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	316.431	259.850
Margem de Capital (i)	77.743	76.679
Índice de Basileia (PR / RWA)	36,57%	42,51%
Situação de Imobilização (Imob)	5.320	51.521
Índice de Imobilização (Imob / PR)	4,60%	4,96%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 23 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2018, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

 Marcos Antônio Aragão de Macedo
 Diretor Executivo
 CPF: 753.600.124-04

 Francisco Walter Frota de Paiva
 Diretor de Operações
 CPF: 073.312.903-04

 Eduardo Netto Sarubbi
 Contador
 CRC: RS-060899/O-8
 CPF: 694.157.650-20